

ADUNIMEP

Órgão Oficial da Associação dos Docentes da UNIMEP - Seção Sindical do ANDES-SN

Piracicaba, 13 de Agosto de 2007 - nº 01.2S.07

Paradigma de Universidade Nova



“É preciso fazer a discussão antes que a façam por nós. Há que esclarecer sobretudo o que nós consideramos ser a universidade de que precisamos, para assim delinear cenários de ação.”

*Wolfgang Leo Maar
- UFSCar -*



Muito se tem falado sobre Reforma Universitária, Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Reuni e Universidade Nova. Enquanto o assunto ainda está no papel é hora de discutir, analisar e refletir sobre as possíveis consequências desses projetos. Para subsidiar esta reflexão, o Boletim Adunimep deste mês traz um artigo do prof. Wolfgang Leo Maar, da UFSCar e uma entrevista com o prof. Roberto Leher, da UFRJ. Já estão disponíveis em nosso site outros artigos sobre este tema.

Veja também:

EDITORIAL

“Síndrome do Pequeno Poder”

Pág. 2

MAIS DEPOIMENTOS

O que motivou diretores e conselheiros a lutar

Pág. 6

Síndrome do Pequeno Poder

Muitos já ouviram a famosa frase: “O poder não corrompe – o poder revela”. Não saberia dizer a autoria de tão inteligente afirmação. O leitor, se souber sua origem, poderá anunciar o dono das sábias palavras.

*Estamos (re)conhecendo várias pessoas que há pouco tempo atrás eram nossos colegas e estão se revelando em seus cargos de poder, formando a pirâmide plumbica (Prós, Assessores de Prós, Assessores de Assessores). Aquele que se assenta no ápice da pirâmide, o mandatário mor, chega revestido de um autoritarismo jamais revelado aos seus ex-pares, dizimando um projeto de vida destinado à comunidade acadêmica e à sociedade piracicabana. Demite, respeitando fielmente a lista construída pelos seus asseclas. Seu novo paradigma pressupõe que não deixará pedra sobre pedra. A caneta que empunha assina demissões que tratora estatuto e regimento, edita portarias, comunicados e quando questionado sobre a ilegalidade dos mesmos, na tentativa de desfazer a **caca**, reedita-os fazendo **outras cacas**. Parece que se inicia o que chamamos de reação em cadeia – uma **caca atômica**.*

Antes da retomada do processo democrático pelo movimento docente, os asseclas biônicos (diretores e coordenadores) – que não foram conduzidos aos seus cargos pela vontade de seus pares e que entraram pela porta dos fundos - mandaram e desmandaram na instituição contratando docentes para assumir aulas e tempos sem concurso, inviabilizando programas de

pós-graduação, coagindo docentes para migrarem à nova carreira, cooptando pessoas a se tornarem pró-realeza. Enfim, ao serem colocados em seus devidos lugares, pela resistência política da categoria e de decisões judiciais, tornaram-se Assessores de assessores contribuindo, desta feita, para o crescimento da pirâmide.

A mão que empunha a caneta, responsável pelo modus operandi, o faz porque efetua a sinapse neuromuscular comandada por uma mente déspota. A mesma mente que comanda a mão para assinar os papéis, comanda a voz que profere palavras. Palavras que são ditas, mas não são cumpridas. No novo paradigma, a palavra não vale nada. São ditas ao vento e se perdem na falácia da convenção.

Todo aquele que é acometido da Síndrome do Pequeno Poder - SPP, não se enxerga como autoritário porque o cargo lhe confere a centelha do autoritarismo. Não existe profilaxia para a referida síndrome, porque ela apenas se manifesta, revela-se intrinsecamente. Alguns até exigem uma rampa para ascender mais facilmente ao poder. Poder para mandar, não para fazer, construir. Monta-se a equipe do TER ao invés do SER.

Que pena! A destruição de um projeto construído coletivamente, em detrimento do Ter, por aqueles que manifestam a SPP. Nossa resistência se faz necessária para a reconstrução da Unimep.

A Diretoria

Sobre o Futuro da Universidade no Brasil

WOLFGANG LEO MAAR

Encontra-se em curso uma iniciativa política de reforma universitária cujo resultado pode vir a ser o fim definitivo de nosso sistema atual, encerrando todas as possibilidades – ainda que não realizadas no presente – a duras penas conquistadas pelo nosso sistema universitário. Trata-se do “Projeto Universidade Nova”.

Como se sabe – o texto encontra-se disponível em vários *sites* – esse projeto visa uma *reestruturação acadêmica da universidade*. Os argumentos brandidos a favor da necessidade dessa reforma acadêmica são referentes sobretudo ao que seria a inadequação da universidade aos tempos atuais; tratar-se-ia de saber “se a universidade brasileira estaria pronta para o século XXI”.

No que parecia antes um exercício de ilusionismo, adequado à defesa do projeto em ambientes como a UFSCar, que valorizam a qualidade acadêmica do ensino e da pesquisa, recentemente fomos brindados com um discurso do idealizador do projeto cujo objetivo era mostrar a necessidade de mudanças, ao mesmo tempo em que o conteúdo substantivo do pretendido era adequadamente envolto em um véu ideológico. Ora, quem não acredita que é preciso mudar?

O discurso sugeriu a necessidade de se fazer a crítica de um “modelo linear de pensamento” e de uma universidade promotora de formação “cultural” deficiente. Mera ideologia; freqüentes exemplos procuraram “construir um modelo compatível” com o modelo norteamericano e o modelo unificado europeu do processo de Bolonha.

Defende-se uma reestruturação da universidade em um sistema de 3 ciclos:

1 - Primeiro Ciclo - Bacharelados Interdisciplinares; 2 - Segundo Ciclo - Formação Profissional; 3 - Terceiro Ciclo - Formação da Pós-Graduação.

O exame do conteúdo substancial do projeto possibilita verificar – não sem uma grande dose de surpresa, já que estamos em época de *demanda de mais*

qualidade educacional em todos os níveis – que o fulcro da iniciativa reside em *diminuir quantitativa e qualitativamente a formação no Primeiro Ciclo*, com 2 ou 3 anos de “educação interdisciplinar” de formação geral em blocos curriculares – “grandes áreas do conhecimento”: humanidades, artes, tecnologias e ciências...

Não se trata aqui de resumir o projeto. Importa destacar que é um “modelo” bastante “linear de pensamento”, isto é: “uma alternativa avançada de estudos superiores que reúne uma única modalidade de cursos de graduação”, dando direito a um título de “conclusão” como bacharel. Seria o “canudo” enfim disponível às grandes massas, com indicadores numéricos tirando o Brasil do atraso quantitativo em que se encontra inclusive sabidamente na comparação com países muito mais pobres??

“Trata-se de mudar a estrutura para diminuir custos e não para ampliar a oferta de formação cultural e de pensamento não-linear ou para adequar a universidade ao século XXI.”

O mais notável, porém, é a “análise de viabilidade/eficiência”. Se implantado o projeto, com seus próprios argumentos seria possível uma *diminuição extraordinária do custo de uma ampliação do “ensino superior” no país*. O resto é só fraseado!

Numa ampliação conforme o modelo atual, duplicando o acesso de alunos, seria necessário (seria mesmo?) duplicar o número de docentes: mais 100% de docentes.

Já para uma duplicação do número de alunos conforme a Universidade Nova, seriam necessários apenas 36,2% a mais de docentes, ou até mesmo, em uma hipótese otimizada, só 26,8% a mais!! Com o conseqüente aumento na relação alunos/docente, é claro! De 11 por docente (hoje) para 40, 60 e mesmo 80 estudantes por docente,

conforme a área ... Não é demais??

Aqui, percebe-se, reside o confessado centro argumentativo: trata-se de *mudar a estrutura para diminuir custos e não para ampliar a oferta de formação “cultural” e de “pensamento não-linear” ou para “adequar a universidade ao século XXI”*. Isto não seria um mal em-si. Porém a mudança estrutural condena a maioria dos pretensos estudantes “universitários” a um “Primeiro Ciclo de Estudos” de terceiro grau que é apenas pálida imagem do ensino universitário no Brasil atual; não passa de um “colegião”, até mesmo mal-feito, e pouco servirá à inclusão social de grandes contingentes populares. Ela afasta a Universidade do povo, em vez de aproximá-la; o que ela aproxima não é universidade, mas um arremedo com salas lotadas e com forte perda de conteúdo cultural, científico e educacional. E até confessa: Universidade, mesmo, se apresentaria nos outros dois ciclos, ainda mais distanciados...

É claro que mudanças são necessárias. Mas quais e como, em que interesse e a que custo social? No projeto em pauta sugere-se conseguir aumentar o acesso aos estudos universitários, mas às custas do miolo efetivo da Universidade. Isto é, às custas de uma conversão da maior parte do ensino universitário em ensino meramente escolar, instrucional, sem haver o salto de qualidade que a universidade deve representar na passagem do ensino médio à universidade.

E mais: em termos de *políticas públicas*, o Projeto Universidade Nova aparentemente conquistaria todos os louros da “eficiência”. Vejamos:

1. Quanto ao ensino superior público: o programa *Reuni*, em que se pleiteia uma programação para alcançar em alguns anos uma relação estudante/docente de 18/1, *só pode ser realizado na prática se as Universidades Públicas Federais aderirem ao Projeto Universidade Nova*. O aumento de vagas estudantis planejado é muito superior ao aumento de contratações de pessoal e de verbas. Algumas instituições também obviamente

serão “instituições de excelência”, e ofertarão profissionalização e pós-graduação, captando outros recursos.

2. Quanto ao ensino superior privado, dois terços da oferta nacional cuja parte francamente majoritária é constituída de instituições prestadoras de uma educação com qualidade no mínimo muito questionável: *com os bacharelados interdisciplinares fica finalmente oficializado o status atual*, de oferta de educação escolar a pretexto de ser formação universitária, sem obrigação da qualidade acadêmica só atingível mediante a indissociabilidade de ensino e pesquisa.

É preciso posicionar-se pronta e claramente *contra* a iniciativa acima discutida. O risco que se corre está em que, em nome de uma aparente solução para um problema conjuntural - poucas verbas disponíveis para a Universidade -, seja gerado um enorme problema estrutural - a descaracterização definitiva da Universidade no Brasil em sua potencialidade. É preciso fazer a discussão antes que a façam por nós. Há que esclarecer sobretudo o que nós consideramos ser a universidade de que precisamos, para assim delinear cenários de ação. A chamada Universidade Brasileira a que nos referimos como padrão de nosso sistema universitário é excelente. Não há outro sistema sequer semelhante na América Latina; só o México possui uma ou duas talvez parecidas. Muitas das universidades norte-americanas e européias são piores do que as nossas. A maior parte não é muito diferente de nossas boas universidades. As que são excelentes, sobretudo são mais caras, além de se aproveitarem de um ensino médio de ótima qualidade na Europa.

O conjunto de mais de 600 mil estudantes de nosso sistema universitário federal custa pouco mais de 9 bilhões de reais/ano; cerca de 4,5 bilhões de dólares, valor mais ou menos igual ou talvez levemente superior ao orçamento da Universidade de Harvard, com seus 20 ou 25 mil alunos. A relação custo benefício de nosso sistema já é a mais favorável do mundo. A produção intelectual de qualidade, acadêmica, científica, cultural, no Brasil é a mais barata do mundo e a que mais cresce no mundo! Nossos docentes são os mais mal pagos em termos do que proporcionalmente realizam. Nós sabemos: os nossos estudantes quando vão ao exterior, à Europa, aos Estados Unidos,

ao Canadá, ao Japão não fazem feio. Ao contrário: em geral revelam possuírem um potencial extraordinário, até para além dos estudantes locais com muito mais recursos de formação média, bibliotecas, laboratórios, condições de estudo e pesquisa, tempo disponível etc, etc.

A universidade é uma instituição em si contraditória: ao mesmo tempo em que deve preparar para a situação vigente, também precisa preparar as tendências de desenvolvimento, com conhecimento e criatividade e, sobretudo, com a produção de produtores de trabalho intelectual criativo em todos os níveis. Por isto a Universidade não é apenas uma instituição escolar, adequando ao existente; é também uma instituição formativa científica e cultural, em que se cultiva a experiência criativa para o futuro. A preparação de um bom curso é uma pesquisa; um curso sem pesquisa

O risco que se corre está em que, em nome de uma aparente solução para um problema conjuntural - poucas verbas disponíveis para a Universidade -, seja gerado um enorme problema estrutura

preparatória não é bom. Uma pesquisa discutida e com participação coletiva é formativa. Uma pesquisa sem envolvimento de uma equipe de pesquisadores, inclusive estudantes, não é boa. É assim que, no cotidiano da Universidade, ensino e pesquisa se vinculam de um modo inseparável sempre, em todos os momentos e não só em alguns, os quais então poderiam ser decantados em centros de excelência com pesquisa, de um lado, e escolas com ensino de terceiro grau, de outro lado.

A situação ainda é insatisfatória. É preciso ampliar. Mas não com uma política fiscal – ainda que disfarçada. A Universidade, como toda educação, precisa ser de fato uma Prioridade Nacional de Estado. O barato de não investir nela sai caro. Da mesma maneira que o ensino à distância não deve ser introduzido porque é mais barato, mas porque permite acessar de modo mais abrangente e dinâmico (com frequência o ensino à distância é até

mais caro, exige mais docentes na preparação programada do que o ensino presencial!), também a reestruturação da universidade não deve ser balizada por critérios de economia de contratação de pessoal ou de qualquer ordem.

Queremos cursos básicos na graduação? Ótimo: mas não, sobretudo porque assim não precisamos de pesquisa e economizamos professores e servidores, lotando classes e fornecendo cursos de cultura geral e de curta duração, rápidos e atendendo mais por menos, ao preço de menor conteúdo e especificidade. Afinal a exigência de qualidade está na ordem do dia, em todos os níveis educacionais. Com o Projeto Universidade Nova, *em vez de adaptar a Universidade brasileira ao século XXI, na verdade limita-se a Universidade do século XXI previamente ao que de pior se estabeleceu como “educação” de terceiro grau no século XX* – não só em parte substancial do ensino no Brasil, mas inclusive em muitos cursos de *Colleges* norte-americanos bem medíocres, com resultados educacionais reconhecidamente sofríveis!!

A dinâmica histórico-social, resultante de inúmeros movimentos de resistência e de reorientação por conta das contradições geradas a cada passo, gerou um padrão no sistema universitário institucional, sobretudo estatal, mas não só, quase único no mundo, favorecendo uma esfera pública crítica com a participação criativa, deliberativa e organizativa dos que formam e são formados, dos que produzem e são produzidos neste trabalho intelectual coletivo de formação e pesquisa. Além do mais, como já foi dito, nossa Universidade é de altíssima eficiência. É um “patrimônio” social coletivo, fundamental para a democracia do país, essencial à soberania da nação e vital à autonomia de sua gente. Ele precisa ampliar sua abrangência e ser aperfeiçoado, mas sem por em risco seus fundamentos. Não vamos por o mesmo a perder, por motivações interesseiras, momentâneas e pequenas.

Wolfgang Leo Maar é professor titular de Filosofia da Universidade Federal de São Carlos, Membro de corpo editorial da Olhar (UFSCar) da Teoria e Debate, do Trans/Form/Ação, da Margem Esquerda, da Crítica Marxista (São Paulo) e da Teoria e Pesquisa.

Desenvolvimento da educação por decreto

1. Qual o nível de influência das propostas do 'Universidade Nova', projeto recentemente badalado por alguns reitores e encampado pela Andifes, no Plano de Desenvolvimento da Educação do governo?

Roberto Leher - A pretensão de originalidade do PDE/REUNI é descaída. A proposta de graduação nos moldes do "fast delivery diploma" está presente no governo desde a proposta do Grupo de Trabalho Interministerial (2003) em que a idéia era expandir as vagas públicas por Educação a Distância. Uma idéia que faz parte do núcleo sólido da política do governo de Lula da Silva e que compunha o cerne da Minuta de Decreto de implementação da UN apresentado pelo MEC em março de 2007. No âmbito do MEC, os fundamentos do Projeto Universidade Nova estão no Projeto de Lei Orgânica (versão de dezembro de 04) que previa graduação em três anos (Art. 7) e o desmembramento da graduação em dois ciclos, o primeiro deles de "formação geral" (Art. 21). A primeira menção explícita à UN pode ser encontrada na Minuta de Decreto Presidencial Plano Universidade Nova de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (versão de março de 07). A incorporação do princípio da graduação minimalista pelo MEC é muito importante, pois indica que, enquanto política governamental, o MEC propugna que também as públicas devem se harmonizar com a tendência geral de adequação da educação superior ao mercado capitalista dependente, equiparando públicas e privadas. Recentemente, com o chamado PAC da Educação, o governo editou o Decreto 6.096/2007 (24/04/07) que "Institui o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais" (REUNI) que opera a implementação da Universidade Nova (incisos II, III e IV do art. 2º do decreto 6.096/2007). O inciso II garante condições para a mobilidade e a "harmonização" dos ciclos básicos, criando um vasto mercado para as privadas que disputarão a absorção dos excedentes do ciclo básico. O inciso III permite o desenho curricular previsto na UN e o IV, a diversificação das modalidades de graduação.

2. O que representa o referido decreto lei do Reuni?



Arquivo Adunifj-SSInd

Roberto Leher - professor da UFRJ

O decreto fixa metas de desempenho a serem alcançadas, em moldes do contrato de gestão de Bresser Pereira: os recursos financeiros serão reservados a cada IFES na medida da e laboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação (Art. 3o): a) 90% de formados em relação aos ingressantes (Art. 1o, §1o), um índice que não tem paralelo nas comparações internacionais e que somente seria possível com a implementação também na educação superior da aprovação automática e uma agressiva política de assistência estudantil e; b) a meta de relação professor/estudante que deverá passar dos atuais 12 estudantes por docente para 18 alunos por docente em um prazo de cinco anos. O programa prevê, em linhas gerais, a quase duplicação do número de estudantes de graduação, mas de uma graduação minimalista, própria do capitalismo dependente. Isso sem recursos relevantes, sem garantir a assistência estudantil e a garantia de recursos estatais para a manutenção e desenvolvimento da ampliação das IFES. Os recursos somente serão liberados a partir do atingimento das referidas metas, na melhor tradição bancomundialista. O referido decreto prevê a possibilidade de um montante que não poderá ultrapassar o equivalente a 20% das despesas de custeio e de pessoal (excluindo os aposentados e pensionistas), montante este que será distribuído ao longo de cinco anos (Art 3, parágrafo 1o).

Admitindo que todas apresentem planos de adesão ao REUNI, que o MEC trabalhe com o teto de 20% e, ainda, que os 20% serão distribuídos todos os anos, ao longo do período de contrato, grosso modo, o montante seria de aproximada-

mente R\$ 1,12 bilhão/ano, cerca de R\$ 21 milhão/ano por instituição que, com esses recursos, terá de arcar com a expansão da infra-estrutura e com as despesas de pessoal (Art.3, inciso III). Detalhe: O atendimento do Plano de cada IFES é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do MEC (Art.3, §3o), o que pode confirmar um montante inferior a 20%, assim, as universidades podem contratar docentes e investir em infra-estrutura e o MEC não fica obrigado a se responsabilizar com a garantia dos recursos acordados.

3. O que significam um 'banco de professores' e o a figura do 'professor-equivalente' para a reposição do quadro docente?

Que, em termos econômicos, a expansão (considerando as citadas metas) somente será viável com contratos de docentes substitutos, pois estes professores precarizados serão os mais vantajosos em termos da relação custo/benefício.

4. Como deve reagir a comunidade universitária a mais essa investida do governo Lula no processo de reforma da educação superior?

O projeto UN é um ajuste na tática governamental. A política de aligeiramento e de criação de um mercado educacional mais robusto é a mesma, mas a forma contém novidades. Embora o Decreto 6.096/2007 denuncie o caráter compulsório de adesão, a primeira aparência é de que as universidades são livres para aderir ou não ao projeto, assim como foi muito difundida a idéia de que a proposta nasceu da livre elaboração das universidades federais, em especial da UFBA e UnB, inspiradas em Anísio Teixeira. O retrospecto das iniciativas de criação de uma graduação mais aligeirada para os pobres é suficientemente longo para comprovar que o mesmo é parte de um padrão de acumulação muito próprio do imperialismo de hoje, em que os países periféricos e semiperiféricos não ocuparão um lugar relevante na produção de conhecimento e em processos produtivos em que o conhecimento se constitui em vantagem comparativa importante. Assim, é imperioso que existam debates verdadeiros nos *campi* universitários para que os mitos em que se fundam essa proposta antiuniversitária sejam submetidos à crítica sistemática e fundamentada.

Entrevista publicada no Jornal da ADUFRJ n.537. Roberto Leher é professor da Faculdade de Educação da UFRJ.



Foto: Suzana Amyuni

A convite do Líder da Chapa “Autonomia, Democracia e Solidariedade”, Prof. José Alberto Rodrigues Filho, decidi fazer parte do Conselho de Representação da ADUNIMEP, pois de um lado, conheço a Mantenedora e sua estrutura canônica, principalmente no tocante à política das decisões conciliares; e de outro, conheço a Comunidade Unimepiana, porquanto dela faço parte desde janeiro de 1979, tendo participado como um dos advogados na defesa da comunidade unimepiana contra ato arbitrário do Conselho Diretor daquela época.

Sobre a supra-referida crise, detonada em 12 de janeiro de 1985 (Janeirada), após pouco mais de vinte anos, lancei meu livro “A Importância do Fundamento Jurídico na Busca do Bem Comum e do Interesse Social na Crise de 1985 na Unimep”, no dia 14 de abril de 2005. Ao final do último capítulo, página 134, fiz um apelo que aqui transcrevo: “O que se espera é que o estudo oferecido, com pesquisas documentais inquestionáveis, contribua de maneira positiva para que crises como estas não tenham como fundamento o cerceamento de idéias, por mais avançadas que sejam, pois são elas que, dialeticamente, mostram o princípio do contraditório, entre aquilo que se faz e aquilo que deveria ser feito”.

Agora, transcorridos mais de vinte anos e onze meses, a história se repete. O Concílio Geral elege os membros do Conselho Diretor do IEP e este, sem atentar para os princípios éticos, bíblicos, doutrinários e teológicos elege um Diretor Geral que se ufana de ter o aval do referido Conselho, alegando crise financeira - quando esta na realidade é mais política que propriamente financeira - demite no dia 07 de dezembro de 2006 cento e quarenta e oito (148) professores, sendo estes reintegra-

dos pela Justiça do Trabalho no dia 21 do mesmo mês e ano.

Por tudo o que vinha acontecendo, estando presente em todas as Assembléias realizadas pela Adunimep, não me saiu da cabeça este trecho da Carta Aberta do saudoso, querido e respeitado Bispo Emérito Oswaldo Dias da Silva, páginas 239-240, que tomo a liberdade de transcrevê-lo: “*É porque não posso aceitar nem concordar com o que vem sendo praticado contra a comunidade unimepiana, que continuarei ao lado dela no respeito dos mais comezinhos dos direitos da pessoa humana e na defesa dos princípios básicos do metodismo brasileiro (...) tão vilmente vilipendiados nestas últimas semanas*”.

No trecho supra que assinalei com (...), o Bispo chama a atenção para o cumprimento dos Cânones da Igreja Metodista, vigente durante o ano de 1985, escrevendo: “(cf. Cânones - Art. 1º. e parágrafo único - pg. 19 - convém ler atentamente)”.

É por estas razões que decidi participar da composição do quadro do Conselho de Representantes da Adunimep, lutando para que a comunidade unimepiana reencontre o seu caminho, fiel à sua trajetória, consolidada na Política Pedagógica decorrente dos Documentos Oficiais da Igreja, como nas “Diretrizes do Plano Vida e Missão” e nas “Diretrizes para a Educação da Igreja Metodista”, ressaltando ainda que a Constituição Federal condena o abuso de direito e de poder, garantindo a autonomia universitária dos órgãos colegiados que “obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

É por estas razões e porque não concordo com uma universidade de natureza meramente de fins econômicos - que tem como mantenedora a minha amada Igreja Metodista, pois esta não é sua natureza institucional - que decidi continuar lutando, juntamente com Adunimep, na defesa dos direitos dos professores associados e não associados, bem como de toda Comunidade Unimepiana, lembrando o sábio ensinamento de Sêneca, quando concluiu: “*Não é porque as coisas são difíceis que nós não ousamos; é porque nós não ousamos que elas são difíceis*”. **Benjamim Garcia de Matos**



Foto: Ginel Flores

Fiz questão de aproveitar a oportunidade de participar da Diretoria da Adunimep porque durante o período crítico da crise, o único local onde eu encontrei solidariedade fraterna foi na sede da Associação, ao lado dos professores que lá freqüentavam. Quando o desânimo batia, o simples fato de trocar idéias e ver a garra e disposição dos colegas era reanimador. Agora, com muita força e disposição, quero dar continuidade à luta que não acabou. **Alexandre A. Gualazzi**

Covil das Gralhas

Pescaria

Eles não estão nem aí... Kopa e Tonho continuam a pescar. Só não pegam traíra, preferem um bom e velho bagre. Dizem ter visto boiando um corpo docente.

Matemática

Tonho analisa que Fernandinho São Paulino perdeu 50 % de seu rebanho. Resta agora uma vaca... tinha apenas duas, conta o tricolor. Papo de corredor.

Os 12 passos

Viver na Unimep ultimamente é como participar do AA. Sobreviver às portarias e novidades a cada instante significa dialeticamente suspirar “É só por hoje!”.

No Ataque

“Entra em campo Benjamim”. Assim anunciava o locutor mineiro ao hoje professor da FD nos jogos varzeanos dos anos dourados de Juiz de Fora. Quem diria, heim?!? Hoje na defesa da Associação e com códigos em baixo do braço, o professor está pronto pra bater um bolão.

Os mistérios da FGN

A coisa pegou nos e-mails de muita gente. Tá a maior discussão. Surgiu como um vírus a partir de solicitação de atualização curricular: “A anã vermelha” anima as conversas por lá. Há quem localize a origem desde os tempos dos Cavaleiros Templários; outros comentam sua influência em Salomão. E até citam uma sócia, a “Adelaide” - anã paraguaia. Uma discussão acalorada digna de academia em tempos de nova administração.

Acesso a quê???

Agora não é só Brasília que tem uma rampa - a Unimep também tem!!!! Só não sabemos ainda se ela foi construída objetivando um acesso ao poder, uma mostra do “ter poder” ou uma falta de poder... construir algo útil para todos e não apenas para dirimir uma falência individual.



Foto: Camilla Navega Gonçalves